

**AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO
JURUENA
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

***JUÍNA: O rearranjo do espaço urbano na gestão administrativa de
Orlando Pereira – 1983-1988.***

Autor: Adelson Paulo de Souza

Orientadora: Marina Silveira Lopes

JUÍNA/2009

**AJES-INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

***JUÍNA: O rearranjo do espaço urbano na gestão administrativa de
Orlando Pereira – 1983-1988.***

Autor: Adelson Paulo de Souza

Orientadora: Marina Silveira Lopes

Trabalho de Graduação Individual
apresentado como avaliação do Curso
de Licenciatura em Geografia

JUÍNA/2009

**AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO
JURUENA
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

BANCA EXAMINADORA

Ms. Denise Peralta Lemes

Ms. Djalma Gonçalves Ramires

Ms. Marina Silveira Lopes

ORIENTADORA

AGRADECIMENTOS

Agradeço a professora e orientadora Marina Silveira Lopes, pelo apoio e encorajamento contínuos na pesquisa.

Aos demais Mestres da casa, pelos conhecimentos transmitidos.

A diretoria do curso de Licenciatura do Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena pelo apoio institucional e pelas facilidades oferecidas.

DEDICATÓRIA

À minha esposa Vanessa Campos e meu filho Markus Paulo, que sentiram muito a minha falta, quando da elaboração desta monografia e dos diversos trabalhos durante os três anos do curso.

À minha mãe Rosa Paula e ao meu pai José Paulo, verdadeiramente, meu maior mestre. Pena ambos não estarem mais entre nós, para demonstrar toda a minha gratidão.

EPÍGRAFE

O ser humano não pode deixar de cometer erros, é com erros, que os homens de bom senso aprendem a sabedoria para o futuro.

ARISTÓTELES

Se o homem começa com certezas, acaba com dúvidas, mas se contentasse em começar com dúvidas, acaba com certezas.

FRANCIS BACON

RESUMO

O ser humano é essencialmente classificador. Mediante essa classificação percebemos a sua incidência no espaço geográfico. Nas sociedades ditas arcaicas, podemos ver seus arranjos espaciais, sob essa ordem classificatória. Nessas configurações, os grupos sociais se organizam por meio de uma hierarquia, divisão de tarefas, responsabilidades e manifestações culturais. O processo de criação da Cidade de Juína, não foi diferente. O uso, a ocupação e a organização do seu espaço geográfico apareceram de formas e de funções que hierarquizaram esse espaço desde os primeiros momentos de inserção dos migrantes nas terras indígenas do Mato Grosso, a partir da década de 1970 até a Primeira Gestão Administrativa protagonizada por Orlando Pereira. A população experimentou, entre confusa e sobressaltada, a velocidade das transformações que alteraram substancialmente o município. Procuramos mostrar, no decorrer dessa monografia, que durante a gestão, em questão, a ocupação do espaço se deu de forma rápida, com apropriação e um uso desordenado da terra, tendo de um lado, a formatação do espaço urbano, no qual surge o interesse dos indivíduos em “domar” um espaço natural inóspito, onde se construiria algo para sua vida e para vida de seus familiares, e, de outro o rearranjo do espaço no sentido da busca e de exploração das riquezas, invadidos por garimpeiros. Nesse trânsito Juína se constrói. Orlando Pereira efetivou a primeira classificação dos bairros. Na impossibilidade de entrevistas, com os pioneiros juinenes, esse trabalho foi feito a partir de pesquisas bibliográficas. Tivemos como resultado que as mudanças impetradas nessa gestão, não foram profícuas, em função das divergências políticas.

Palavras-chave: Migração, Poder público, Mudanças espaciais

LISTA DE FIGURAS

1. Divisão dos “Módulos” I, II.....	24
2. Solenidade de Emancipação do Município de Juína.....	25
3. Vista parcial bairro módulo I.....	26
4. Construção da praça da bíblia	33

LISTA DE MAPAS

1. Amazônia Legal brasileira	19
5. Localização Geográfica do Município de Juína	27

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
2. MATERIAL E MÉTODO	16
3. RESULTADO E DISCUSSÕES	17
3.1. PROCESSO HISTÓRICO DO NOROESTE DE MATO GROSSO	17
3.1.1. Brasil e o Processo Histórico	17
3.1.2. Ocupação do Estado do Mato Grosso	18
3.1.3. JUÍNA: a Rainha da Floresta	23
3.1.4. Localização da área de pesquisa	26
3.1. 5. JUÍNA: Gestão Administrativa 1983-1988	27
4. A METAMORFOSE URBANA DE JUÍNA	29
4.1. O espaço urbano na Gestão de Orlando Pereira 1983 a 1988.....	31
CONCLUSÃO	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35

INTRODUÇÃO

Os questionamentos a respeito da organização espacial das cidades modernas são constantes. A organização espacial do Noroeste do Mato Grosso não se isenta de tais questionamentos, fato de que sua ocupação se deu no auge da ditadura militar no período dos anos 1970. E, se passado 40 anos, as mazelas da má classificação, atendendo aos interesses de poucos se fazem patentes no dia de hoje. Esse trabalho traz à baila a discussão sobre a criação e transformação do espaço urbano de Juína, cidade localizada a 720 km da capital Cuiabá.

Nessa época, programas criados pelo governo se tornaram fator motivacional para a migração de pessoas. À medida que avançava a distribuição de novas áreas se abriam e renovavam-se as promessas de fertilidade e riqueza, que atraíam pessoas de muito longe em busca de uma vida melhor.

O processo de formação histórico e espacial de Juína revelou-se, como o resultado de um passado economicamente rico, porém, com uma marcante desigualdade social, típica do período colonial em que a agricultura latifundiária predominava na maior parte da região, e a economia estruturada num modelo de desenvolvimento predominantemente agrário.

O espaço geográfico edificado a cidade sofreu vários rearranjos, ora numa tentativa de planejamento e, na maior parte, com ausência desse planejamento. Contudo, o alvo desse trabalho é de compreender a transformação desse espaço na gestão do prefeito Orlando Pereira 1983-1988, alinhando-se ao processo de migração em direção ao Noroeste do Estado do Mato Grosso.

Para a pesquisa foram feitas análises de imagens que mostraram o surgimento dos primeiros bairros do município e referenciais bibliográficos da época que abordaram os processos históricos do Brasil, Mato Grosso e região noroeste, e alguns projetos de colonização oficial dirigida dentre eles o projeto Juína.

O trabalho foi dividido em Fundamentação Teórica, embasando-se especificamente as questões das formações das cidades com as implicações das devidas alterações sofridas no espaço geográfico. Num segundo momento

apresentamos o material e método para a abordagem do tema, em seguida mostramos os resultados e discussões da pesquisa e finalmente a conclusão.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A cidade de Juína teve sua origem na década de 1970, a partir da construção da rodovia AR -1¹ que liga os Estados de Mato Grosso à Rondônia.

Segundo CARLOS (1992), a cidade tem uma origem histórica, ou seja, nasce em um determinado momento da história e a partir de então, inicia o processo de produção do espaço urbano. A cidade é uma realização humana, afirma CARLOS (1992). Ela se “constitui ao longo do processo histórico e que ganha materialização concreta, diferenciada, em função de determinações históricas específicas”.

Esses espaços são ocupados como os diferentes usos da terra justapostos entre si, definindo áreas de atividades diversas, ou seja, esse complexo conjunto de usos da terra é, em realidade, a organização espacial da cidade (CORRÊA, 1990).

Sob a óptica da geografia crítica, CORRÊA (1996), identifica que o processo de urbanização tem presença do Estado e atores como, os proprietários fundiários, os industriais, os incorporadores imobiliários etc que estão sob o comando dos interesses de capitalistas.

Para JOANONI NETO (2007), no caso de Juína, tanto a CODEMAT Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso e a SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste manifestaram seus interesses na produção de capital, via a instalação da cidade usurpando terras de diversos nas bordas da Floresta Amazônica com o intuito de ocupar as terras públicas férteis situadas na área por onde passaria a rodovia AR-1, tornando grandes eixos norteadores da ocupação da região.

A construção da rodovia AR-1 é um bom exemplo de interesses do grande capital produtivo, amparados sobre o aparelho estatal, de acordo com (IORIS, 2009). A “limpeza” dos índios estava feita, tanto do lado esquerdo do Juruena

¹ AR-1. Rodovia ligada Vilhena a Aripuanã a palavra abreviatura AR pela justiça ainda não está registrada. <http://www.achando.info/index.php?query=sigla+AR&action=search>. Acesso em 24 nov.2009

como do lado direito do alto Aripuanã, atropelaram comunidades inteiras em nome do desenvolvimento².

A rodovia AR-1 é de um lado, benéfica para o conjunto da nação, no que diz respeito às novas necessidades da sociedade integrar o espaço geográfico, que para SANTOS (1987), ele é indissociável dos seres humanos, os quais o habitam e o transformam com seus processos tecnológicos, alinhando-se as formas e funções, ações humanas fornecidas pelos objetos naturais e artificiais em outras é o resultado da união da sociedade com a paisagem geográfica.

Bertrand ratifica que a integração da paisagem geográfica e a sociedade a proposta por Santos se dá por vários elementos com

[...] a simples adição elementos geográficos disparatados; é numa determinada porção de espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto, instável de elemento físico, biológico e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável em perfeita evolução (BERTRAND, 1972, pg.1).

Nesse sentido a paisagem constituída no espaço geográfico delimitado para a construção de Juína teve as modificações antrópicas para as adequações da infraestrutura como estradas, pontes, linhas de transmissão de energia elétrica, estação de água e a reorganização das vilas residenciais que para CARLOS (1996), são povoações de categoria inferior à de cidade, mas superior à de aldeia, com alinhamento de residências que forma uma rua particular, geralmente sem saída pelos fundos, e cuja entrada se abre para uma via pública.

A partir daí Juína inseriu-se definitivamente às margens da rodovia AR-1. Com o decorrer do tempo a população desenvolveu novas atividades econômicas, em função direta da estrutura urbana iniciada. Entre elas um comércio mais intenso pela presença do garimpo³, prestadores de serviços e as primeiras madeireiras, tais práticas interferiram incisivamente na transformação e relação ser humano-meio ambiente.

Nesta prática a população destinada à colonização de Juína estampou suas marcas trazidas pelos paranaenses, catarinenses, gaúchos, mineiros,

² Para visualizar a passagem histórica assistir o filme “Avaeté ”- Semente da Vingança, Brasil, Alemanha, 1985. http://epipoca.uol.com.br/filmes_detalhes.php?idf=6799. Acesso em: 25 nov.2009.

³O garimpo foi um significativo agente transformador do espaço geográfico em Juína a partir da década de 1980.

capixabas, baianos e muitas da nossa federação (MORENO, 2005). Para a compreensão desse novo mundo, afirma CASTRO (1997), considera que a força dos símbolos⁴, das imagens e do imaginário⁵ como parte integrante das análises dessas novas dimensões espaciais vivenciadas pelos imigrantes.

Desta forma, as relações humanas estão ligadas no espaço onde vivem, ou seja, as paixões lhes conferem dimensões políticas, deslocando o imaginário social para um imaginário político e, conforme CASTRO (1997), “ambos por sua matriz espacial e por serem informados pela Geografia dos lugares, encerram em si o imaginário geográfico”.

Essa apropriação relacionada ao espaço geográfico permite a população sentir que tem domínio de um lugar, que pode arrumá-lo, reestruturá-lo, construindo ali algo com o qual se identifique, ou seja, construindo o seu lugar.

Essa população buscou o desenvolvimento para sua região, criando suas famílias, sua história, sua cultura, seus ideais, e vários outros fatores que fizeram a conexão com o lugar dando-lhe personalização e a marca identitária (LOPES, 2008) indo de encontro aos não-lugares⁶ de (MARC AUGÉ, 1994).

⁴ Os símbolos, da palavra *Symballaim* – juntar + meta – ou seja, juntar o inconsciente mais o consciente não é algo abstrato criado, por uma convenção, mas sim, a expressão espontânea da emoção que sai de si mesmo a partir de uma identificação além da realidade cotidiana. LOPES, M.S. *Ao romper d'O Grito: uma abordagem junguiana do expressionismo de Edvard Munch*. Mimeo. PUC-SP, 2005.

⁵ O imaginário resgata imagens e símbolos que nos remetem a um passado histórico de um povo místico, destemido, único e homogêneo. LAPLANTINE, François; TRINDADE, Liana S. *O que é imaginário*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

⁶ Os não-lugares, por sua vez, são espaços criados por meio de facilidades tecnológicas. Proporcionam o encolhimento do planeta e o imediatismo, fenômenos gerados por outros dois excessos da supermodernidade: o excesso factual e a individualização das referências. AUGÉ, Marc. *Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Tradução de Maria Lúcia Pereira. 4. ed. Campinas: Papirus, 1994, p.52.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Entender o espaço urbano regional numa perspectiva sócioambiental é sempre um desafio, através desses conceitos podemos identificar a sua forma espacial, as relações e as transformações sociais sofridas ao longo do tempo.

Para tal análise, realizamos uma pesquisa que consistiu na discussão conceitual, como ocorreu a metamorfose do espaço urbano e a organização da cidade, visando à compreensão da realidade espacial integrada pelos elementos sócio-econômico-culturais que teceram a história de Juína.

A fase inicial se deu pelo levantamento bibliográfico para apresentação suporte teórico, no que diz respeito à metamorfose do espaço urbano num contexto macro e posteriormente, micro para o caso de Juína. E, posteriores aplicações nas análises dos impactos negativos e/ou positivos relacionados à hierarquização do espaço descrito.

Em seguida, partimos para a adequação bibliográfica buscando material em “sites” específicos, a fim de referendar, ainda mais, as bibliografias selecionadas. Outro método utilizado foi à análise de textos, mapas e documentos pertinentes ao objeto.

3. RESULTADO E DISCUSSÕES

3.1. PROCESSO HISTÓRICO DO NOROESTE DE MATO GROSSO

Neste capítulo, será feito uma breve descrição histórica da ocupação do espaço geográfico.

3.1.1. BRASIL E O PROCESSO HISTÓRICO

Com as intensificações das atividades comerciais impulsionou os europeus em direção ao mar a partir do século XV para conquistar novas terras, Portugal foi o primeiro a chegar nas terras brasileiras para explorar as riquezas aqui existentes.

Durante três décadas, sem plano de ocupação, o governo de Portugal nada fez para conhecer as terras descobertas. Nesse período a Espanha começa ocupar parte central do Brasil, pondo em risco a posse de Portugal (MORENO, 2005).

O governo português sentindo-se ameaçado com possibilidade de perder a posse da terra iniciou o processo de colonização que foi marcado por lutas, confrontos e protestos entre Portugal e Espanha.

Desde a entrada dos portugueses no Brasil se observa um vai e vem de pessoas com objetivos de melhorar condições de vida, buscando para isso explorar os recursos naturais.

No período colonial Portugal estimulava as bandeiras para demarcar território como também passou a incentivar os bandeirantes para buscar uma nova atividade econômica. Nos primeiros séculos de povoamento e colonização do Brasil foi basicamente agrário, onde a urbanização inicia-se na Bahia e espalha pela zona da mata nordestina (MORENO, 2005).

Desse modo podemos citar que o processo de urbanização no Brasil, durante o século XVI e XVIII foi bastante lento, mas no final do século XVIII iniciou-se uma revolução urbana, mas só ganhou uma plena expansão no século XIX com a chegada da Revolução Industrial.

Segundo BACELAR (2008), os principais fatos que colaboraram para transformar o país a partir das décadas finais do século XIX, foram: a abolição da escravidão, a intensa urbanização e o rápido desenvolvimento industrial.

Nesses processos, formalizou-se divisão inter-regional de trabalho e produção, definindo estruturas produtivas diferenciadas para cada região. Com a expansão da agricultura comercial e a exploração mineral ocorreu um fator fundamental para ao povoamento no Brasil e a criação de riqueza contribuiu para o surgimento de novos estados.

3.1.2. OCUPAÇÃO ESTADO DO MATO GROSSO

A ocupação do estado de Matogrosso foi iniciada no século XVIII na porção Sul do Estado, em decorrência das descobertas e do desenvolvimento das atividades de mineração de ouro e diamante. Durante o século XIX instalou-se, preferencialmente, nas áreas do Pantanal Mato-grossense e nas Depressões do Alto Paraguai, Cuiabana e Guaporé, regiões no Domínio do Cerrado com presença expressiva da Floresta Estacional⁷ e de ambientes transicionais (MORENO, 2005).

E nesse período estende pelo século XVIII e XIX, que ocorreu a criação de povoados como Cuiabá (1719), Vila Bela da Santíssima Trindade (1737), Diamantino (1728), Cáceres (1778) e Poconé (1778).

E nas décadas de 1970 e 1980, em função das políticas de integração nacional, implementadas pelo Governo Federal com o objetivo de anexar os grandes vazios demográficos ao processo produtivo brasileiro, que ocorre a ampliação e a incorporação das terras de Mato Grosso às atividades produtivas agropecuárias (MORENO, 2005).

Quanto à criação do estado, PITALUGA (1999), coloca:

[...] determinaram atravessar a cordilheira das Gerais de oriente para poente; e como estas montanhas são escavadas, logo que baixaram a planície da parte oposta aos campos dos Parecis (que só tem algumas ilhas de arbustos agrestes), toparam com matos virgens de arvoredo muito elevado e corpulento, que entrando a penetrá-lo, o foram

⁷ Floresta Estacional, que sofre ação climática desfavorável, seca ou fria, com perda de folhas (Resolução CONAMA 012/94), <http://www.tvnatureza.com/index.php>. Acesso em: 27 nov.2009.

apelidando Mato Grosso; e este é o nome que ainda hoje conserva todo aquele distrito (PITALUGA 1999, p.1).

Atualmente o Estado do Mato Grosso está localizado a oeste da região Centro-Oeste, sendo a maior parte de seu território recoberto pela Amazônia Legal⁸. Com 5,2 milhões de km², a Amazônia Legal cobre cerca de 60% do território brasileiro, e 30% do território da América do Sul. Ver a área em destaque no mapa 1.



Mapa 1: Amazônia Legal Brasileira.
Fonte: Leal et. al., 1990.

Seu processo de colonização estava baseado em atividade econômica da mineração de ouro e diamante, fazendo com que a população deslocava-se de um lado para outro, em busca de maior quantidade de ouro, por isso a agricultura de subsistência não se desenvolvia (MORENO, 2005).

⁸ Amazônia Legal é uma área que engloba nove estados brasileiros pertencentes à Bacia amazônica. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Amazônia Legal](http://pt.wikipedia.org/wiki/Amaz%C3%B4nia_Legal). Acesso em: 25 nov, 2009.

No período colonial a cana-de-açúcar se destacou entre os produtos cultivados no Estado, porém proibido na área de mineração, destacando como produtora de açúcar e aguardente, sendo uma atividade secundária.

Conforme MORENO (2005), Em meados do século XIX, Mato Grosso passa por uma realidade diferente do período colonial, pois a mineração estava em decadência e a economia baseava-se na agropecuária e no comércio.

No Brasil, desde o tempo do império, houve por parte do governo uma preocupação quanto às “leis” da posse do território. CORREIA (1996) define o território como pertencimento a terra alguém não necessariamente como propriedade, mas com caráter de apropriação.

A palavra território, de acordo com HAESBAERT (1997), deriva do latim “*territoium*” que é derivado de terra apropriado no espaço geográfico. É um produto de uma relação desigual de força, envolvendo o domínio ou controle político econômico do espaço (LOPES, 2005).

Durante o segundo reinado e a República Velha, o governo achava que a melhor forma de ocupar esses territórios era fazê-los produzir, trazendo estrangeiros para o país. Assim vieram os italianos, alemães, os japoneses e diversos outros povos.

A partir de 1930, a colonização agrícola começou a ser feita com a população nacional, como Macha para o Oeste, quando grandes grupos foram estimulados a povoar o Brasil Central, considerado pelo no governo um “espaço vazio” (SENE, 1998).

“o governo Vargas procurou incrementar o processo de ocupação das zonas de fronteiras do centro do país através da chamada ‘Marcha para Oeste’, proclamado em 1938, que tinha por objetivo ocupar e explorar o potencial econômico do despovoado interior do país” (HESPANHOL, 2000, p.28).

Neste quadro, foram criadas algumas colônias agrícolas no Estado de Mato Grosso, algumas estradas são abertas e surgem as primeiras colonizações particulares (MORENO, 2005).

Com abertura destas rodovias, tornou-se possível o povoamento das terras mato-grossense, estas rodovias deram origem as Rodovias de Integração

Nacional como a Transamazônica, Transpantaneira, Porto Velho, Manaus e Perimetral Norte, que tinham por objetivos a ligação das regiões Norte e Centro-Oeste ao restante do País (NOGUEIRA, 2005).

Na década de 1970, o Governo Federal definia as terras mato-grossenses como excelentes para agricultura, uma vez que sua propaganda dizia que o solo tinha boas condições, estação chuvosa bem demarcada e constantes, sendo bom para plantações de milho, soja, arroz, feijão e pecuária de corte, também era considerada a exploração de madeira, especiarias e essências naturais da Amazônia e do Cerrado (SOUZA, 2007).

Para execução do projeto o Governo Federal tinha como instrumento o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, nesse processo de ocupação as cooperativas quem articulavam tudo, levando os trabalhadores rurais aceitarem nas sugestões do Governo Federal, sendo elas instituições mais confiáveis do ponto de vista dos trabalhadores rurais.

A colonização do Norte do estado de Mato Grosso, que segue o eixo da BR-163 estão repletas de implicações políticas, econômicas e culturais, que para SOUZA (2007):

Os chamados núcleos de colonização constituir-se-ão em instrumentos políticos de controle não apenas do acesso a terra, mais ainda de formação de um mercado de mão-de-obra, recebendo vultosos incentivos financeiros do governo brasileiro patrocinando a iniciativa privada. [...] adotado pelos meios oficiais e empresas que atuaram em grandes áreas de terras dos estados que compõem a Amazônia. [...] a instauração de um grande mercado de terras, pela iniciativa privada, controlando a distribuição, o acesso e a posse das áreas, além de selecionar as demandas de trabalhadores rurais, instituírem práticas de segregação social e exploração de trabalho (escravidão contemporânea), em nome do desenvolvimento e progresso dos novos núcleos urbanos (SOUZA 2007, p.51-52).

Dessa forma, Mato Grosso tornou-se área preferencial para a implantação de colonizadoras principalmente os particulares. O Governo Federal no sentido de uma ampla distribuição de terra na fronteira evitou uma redistribuição de terras de propriedades no restante do país. Começou com a reforma agrária, onde os projetos de colonização tanto público como privado em Mato Grosso, estavam inseridos no contexto da ocupação do espaço da Amazônia Legal.

Com a distribuição de terras no Estado de Mato Grosso, dezenas de empresas colonizadoras espalharam-se trabalhando com migrantes vindos do sul e centro-sul do país, na perspectiva de se interiorizar o desenvolvimento no Centro-Oeste.

Em meados dos anos 1970 surgiram as primeiras iniciativas a ocupação do noroeste Estado, onde a Companhia Desenvolvimento de Mato Grosso CODEMAT e diretores da SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste iniciou-se as obras da rodovia AR-1 [...] facilitando para os migrantes ocupar o espaço geográfico da Rainha da Floresta (JOANONI NETO, 2007).

3.1.3. JUÍNA: A RAINHA DA FLORESTA

As esplendorosas terras, onde absolutas dominavam nações indígenas como verdadeiro irmãos do reino vegetal, animal e mineral, deram origem ao município de Juína (CAMPOS, 1993).

Seu nome deve-se ao rio Juína-Mirim, que corta a área do município no sentido Sul-Norte. A colonização do município começa efetivamente quando inúmeras famílias vindas sul e centro-sul do país começaram a ocupar os espaços geográficos do novo distrito.

O processo de formação espacial aliou-se, com um passado economicamente rico, mas marcante pela desigualdade social, onde os latifúndios⁹ predominavam na maior parte da região.

A ideia de desenvolvimento do município de Juína nasce da necessidade de ocupar as terras públicas férteis situadas as margens da rodovia AR-1. Com o advento do programa, POLOAMAZÔNIA criado pelo decreto Nº 74.607, de 25/09/1974 que tinha como propósito promover a ocupação dos espaços vazios na selva Amazônica (JOANONI NETO, 2007).

O programa previa implantações de cidade em suas áreas de influências, onde passaria as estradas. Em 23 de janeiro de 1976 ocorreu uma reunião do Distrito de Fontanilas, as margens do rio Juruena, no ponto de coordenadas geográficas 10°07'41,37" S e 58°19'39,2" W, dessa reunião participaram superintendente da SUDECO e da CODEMAT (CAMPOS, 1993).

Deste encontro foi formalizado o Projeto Juína, que prevê a conservação de matas ciliares, criação de Bosque e de horto florestal. A cidade ficou dividida em "módulos" I, II, III e VI. Cada módulo com 35 hectares de área incluindo ruas e urbanístico. Ver figura 1 a seguir.

⁹ Latifúndio deriva do latim *latifundiu*. Na antiguidade, era o grande domínio privado da aristocracia, já no sentido moderno, é um regime de propriedade agrária caracterizado pela concentração desequilibrada de terras pertencentes a poucos proprietários. Disponível em: <http://www.ibapepb.jpa.com.br/glopart2.htm>. Acesso em: 25 nov.2009.



Figura 1: divisão dos “Módulos” I, II
Fonte: Acervo biblioteca municipal, 2009

O projeto elaborado teve sua aprovação pelo INCRA através da Portaria nº 904, de setembro 1978. Mas Em virtude do crescimento acelerado, em junho de 1979, foi criado o Distrito de Juína, pertencente ao Município de Aripuanã, já contava com uma população de aproximadamente 13.000 habitantes (JOANONI NETO, 2007).

Pouco tempo depois, no dia 9 de maio de 1982 a Lei n.º 4.456, de autoria do Deputado Oscar Ribeiro e sancionada pelo Dr. Frederico Campos criou o município de Juína com uma área de 29.200 Km² desmembrada de Aripuanã.

A solenidade pública da emancipação política de Juína aconteceu nas dependências do Juína clube, conforme figura 2. Esse fato histórico ficou guardado na memória de muitos juinenses, pois em uma tarde de domingo, cerca de cinco mil pessoas entre agricultores, comerciantes e políticos assistiram a assinatura da lei 4.456, através da qual o Governador Frederico Campos, transformou o distrito no mais novo município do Estado de Mato Grosso (CAMPOS, 1993).



Figura 2: Solenidade de Emancipação do município de Juína, 09.05.1982.
Fonte: Acervo biblioteca municipal, 2009.

A emancipação política administrativa significou o primeiro resultado prático do programa, o qual ao longo do tempo trouxe requisitos necessários para o desenvolvimento da população, que seria beneficiado com rede de energia elétrica, abastecimento de água, escolas, postos de saúde, hospital, farmácias, segurança, pista de pouso de avião e ativo comércio, garantindo para aqueles que acreditavam na região, como ilustra a figura 3.

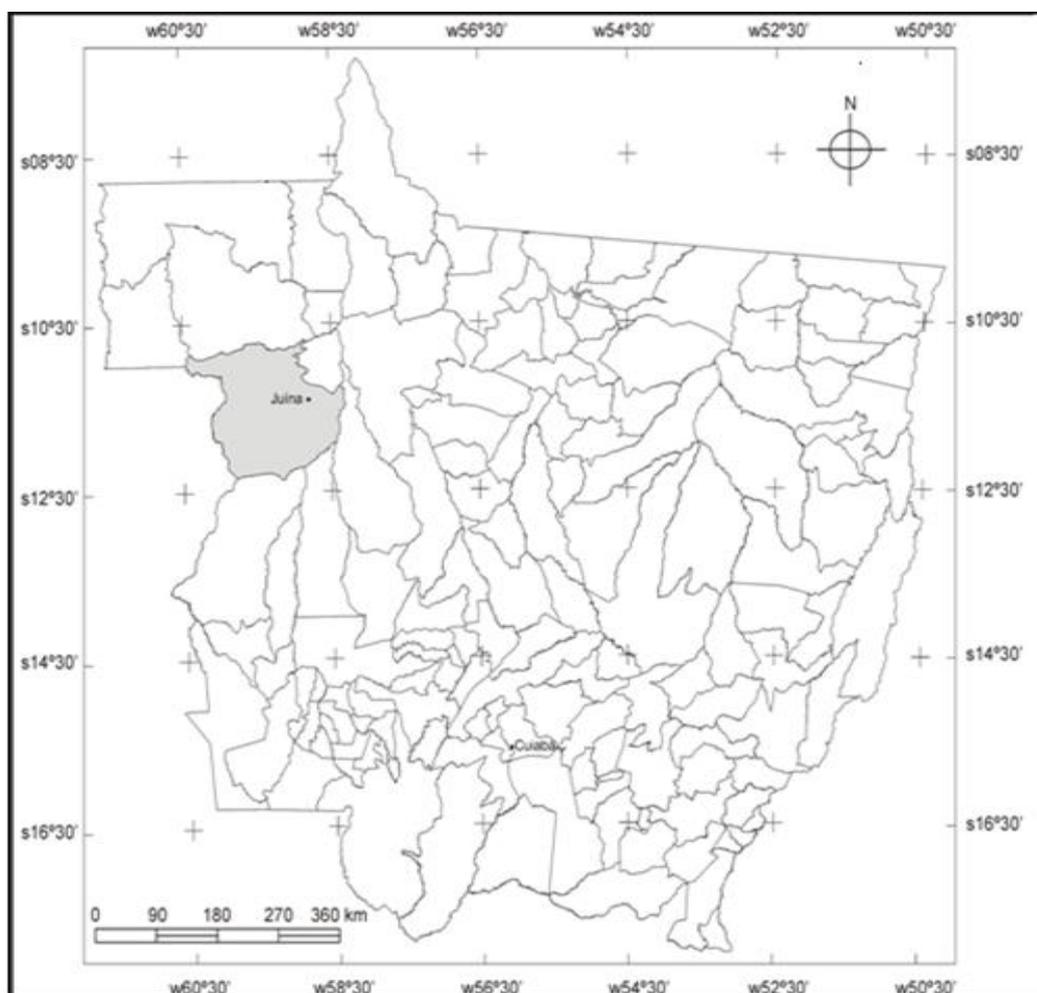


Figura 3: vista parcial bairro módulo I
Fonte: Acervo biblioteca municipal, 2009.

Atualmente, a paisagem retratada nessa figura 3, se constitui num dos bairros mais importantes e urbanizados do município.

3.1.4. Localização da área de pesquisa

O município de Juína está localizado a noroeste do estado de Mato Grosso faz divisa ao norte com Castanheira e Aripuanã, Campo Novo dos Parecis e Comodoro ao sul, Vilhena a oeste e Brasnorte a leste. Distante 720 quilômetros da capital, Cuiabá, entre as coordenadas latitude 11° 22' 42" S e a uma longitude 58° 44' 28" W, estando a uma altitude de 442 metros. Sua área da unidade territorial é 26.251 km², segundo o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, como pode ser observado no figura 5 .



Mapa 2: Localização do município de Juína
Fonte: LEMES, D.P., 2009

3.1. 5. JUÍNA: GESTÃO ADMINISTRATIVA 1983-1988

A forma administrativa era coordenada pela prefeitura de Aripuanã, visto que o referido povoado tinha como um administrador, um subprefeito designado pelo prefeito de Aripuanã. Com emancipação política de Juína, foi nomeado Holmes Ioris como, prefeito interino até a posse do prefeito eleito, Orlando Pereira, em janeiro de 1983 (IORIS, 2009).

Com a emancipação do município e o rápido desenvolvimento, as primeiras eleições foram bastante disputadas. Segundo JOANONI NETO, (2007) aproximadamente mil pessoas votaram e aqueles que eram considerados candidatos com alguma chance foram convidados a se juntar ao grupo “governista”.

Nem todos concordaram e algumas candidaturas foram sabotadas, de ambos os lados, na medida em que se organizavam e se alinhavam os grupos.

Após serem realizadas as convenções foram definidos os seguintes candidatos o Engenheiro Sr. Hilton de Campos e o Sr. Orlando Pereira que saiu vitorioso com uma diferença de 15 votos. A disputa entre a CODEMAT e a prefeitura fez com que o município ficasse num verdadeiro caos.

A CODEMAT era uma empresa privada, mas tinha força política na cidade e com isso privilegiava economicamente uns e desfavorecia outros e usava a força que tinha.

O início de sucesso do projeto Juína foram marcados por muitos conflitos políticos, expulsões de famílias e violências, mas não desmotivava o fluxo de migrante, mesmo com a dificuldade para chegar devido a BR-AR1, recém construída com solo arenoso da região dificultava muito o percurso, durante muito tempo foi o único acesso ao noroeste do estado.

A cidade de Juína tornou-se destino de um fluxo migratório, principalmente com a explosão da atividade garimpeira, houve um crescimento desenfreado e com ele veio os problemas sociais, pois a cidade recebeu nessa época muitos garimpeiros, aventureiros, peões, prostitutas e curiosos sem nenhuma relação com o projeto de colonização inicial (JOANONI NETO, 2007). Esse fluxo migratório acelerou a transformação espacial da cidade.

4. A METAMORFOSE URBANA JUINA

O ser humano possui uma adaptabilidade em diversas condições mais extremas. Nesse contexto, ele passa a ser um ser social por excelência, pois não é visto como um indivíduo isolado.

Com essa fácil adaptabilidade a região, os garimpos atraíram muitos migrantes, foram a principal causa do crescimento desenfreado da região, pois a cidade começou a receber milhares de pessoas vindas de todo lugar do Brasil, principalmente do centro-sul do país, para tentar a sorte no garimpo. Porém os mesmos não tinham interesse em fixar residência estavam apenas em busca de riqueza.

As atividades garimpeiras eram realizadas por multinacionais. Nessa época houve muitos confrontos principalmente na época do “Garimpo do Arroz”, esses confrontos eram entre garimpeiros e resultou muitas vezes em mortes (JOANONI NETO, 2007).

Há nessa época também alguns proprietários que arrendavam suas terras aos garimpeiros e com isso muitos rios foram degradados inviabilizando assim o uso para agricultura e pecuária. Muitas pessoas nessa época arriscavam no garimpo deixando o campo para ir à busca de riqueza (JOANONI NETO, 2007).

Muitos jornais da época tratam Juina como a “Cidade dos Sonhos” porém esse sonho gerava violência, mas era uma violência apenas no círculo dos garimpeiros e isso não interferia no cotidiano das pessoas que viviam na cidade (IORIS,2009).

Mas quando houve a queda do diamante, afetou o mercado interno os garimpeiros migraram para a cidade, violência começou a se alastrar e atingir moradores da cidade e houve muita morte por causa da grande epidemia de malária nos garimpos, tudo isso em virtude da limitada extração dos veios mais próximos da superfície, passando a necessitar de maquinários e investimentos que só era possível a empresas.

Com isso houve o êxodo dessas pessoas para a cidade, fazendo com que começa ter assim um crescimento desordenado do perímetro urbano e isso gera mais uma vez conflitos entre ocupantes, colonizadora e prefeitura.

Em Juína, o auge do garimpo foi impressionante, mesmo com o deslocamento das pessoas entre garimpo, cidade e distritos, houve um crescimento veloz, porém a cidade não tinha um lastro econômico que sustentasse o município

Com a decadência do garimpo a população e a cidade sofreram grandes dificuldades no campo econômico. Segundo JOANONI NETO, (2007), a produção sofreu revezes, deixou de plantar para investir em garimpo, e isso foi agravante para economia do município que por não ter uma atividade econômica sustentável sofreu grandes consequências com a queda do garimpo.

O crescimento desenfreado da cidade, como foi dito anteriormente, provocou a ocupação irregular do espaço geográfico. Essa irregularidade espacial desencadeou os problemas e os vícios da urbanização praticados em grandes centros.

CORRÊA (1990) afirma que:

“Entre uma área e outra, localizam-se bairros das diferentes frações de classe media [...] e que a diferenciação do espaço urbano em termos residenciais tem, como já se viu, o papel de viabilizar a reprodução de diferentes classes e suas frações [...]” (CORREA, 1990, p. 52).

Em Juína muitos moradores tiveram suas casas removidas, principalmente das áreas mais valorizadas e foram colocados em áreas afastadas dos módulos centrais (JOANONI NETO, 2007).

4.1. O ESPAÇO URBANO NA GESTÃO DE ORLANDO PEREIRA – 1983 a 1988

Nas áreas de colonização, a cidade representa a consolidação do capital. Segundo SANTOS (1987), para compreender a organização espacial, torna necessário interpretar a relação dialética ¹⁰ entre estrutura, processo, função e forma:

O termo estrutura é relativo ao modo como os objetos estão organizados, social e economicamente na sociedade [...] definido como processo, uma ação que se realiza continuamente, visando um resultado de transformação. A função implica uma tarefa de atividade ou papel a ser desempenhado [...] sendo que a forma é o aspecto visível, exterior de um objeto referindo-se ainda ao arranjo dele, ou seja, uma casa, um bairro, uma cidade e uma rede urbana são formas, formas espaciais de diferentes escalas (CORRÊA, 1990, p. 76).

Dentro dessas perspectivas podemos compreender as espacialidades em que o gestor Orlando Pereira contribuiu na construção do espaço geográfico de Juína, proporcionando incentivos para os migrantes comerciantes e empresários do setor madeireiro. Segundo IORIS (2009), foi instalado, mas de trinta madeireiras na área industrial de Juína.

Contudo os três primeiros anos da administração, não foi tarefa fácil. Em relato o prefeito Orlando Pereira surpreendeu ao entrar nas dependências da prefeitura, não encontrou uma folha de papel para fazer um ofício (JOANONI NETO 2007).

A prefeitura de cofre vazio lutava para atender a população priorizando a saúde, segurança e a educação. A empresa colonizadora fez um governo paralelo em oposição a sua administração deixando de vender terras para os novos colonos que chegavam à procura de negócios, isso seria uma forma de represália ao prefeito.

Diante desse fato, os colonos passaram a ocupar áreas próximas a cidade que ainda não estava no projeto da colonização. JOANONI NETO (2007) coloca que eles ocupavam

¹⁰ Dialética, habilidade de perguntar ou argumentar; termo técnico usado pelos seguidores de Hegel ou Marx para a idéia de que toda asserção provoca oposição, e ambas se reconciliam então numa síntese que inclui elementos de ambas. Muito.lindo.arteblog.com.br/68352/DICIONARIO-DE-FILOSOFIA/. Acesso em: 28 nov. 2009.

[...] uma barraquinha de madeira os recorda, feio e habitado por gente fraca pertinho um do outro [...] por um instante o colono se viu diante de um espelho e a imagem não agradou o limite do loteamento e o limite da isenção. Um espaço da cidade nascente e o outro de sua negação, expondo com fraturas e fraquezas e a deficiência social e econômico presente, mas cuidadosamente disfarçada por um esforço coletivo de alto convencimento (JOANONI NETO, 2007, p.72).

Na citação, para a moradora, que narra o episódio, aparece naturalmente a ação da empresa colonizadora retirando aqueles moradores para outra área distante [...] carregou esse povo daqui pra lá [...] La vi ser seu lugar de vocês agora (JOANONI NETO, 2007).

O prefeito nada podia fazer para esse povo por não ter apoio do governo federal e nem estadual, ambos eram oposição a sua sigla partidária. Com essa divergência entre a prefeitura e a CODEMAT, levou o município a uma situação de quase estagnação. Matéria no Diário de Cuiabá apud (BIACHIM, 1994, p.29).

O município de Juína, localizado no extremo Norte de Mato Grosso, está ameaçado entrar em colapso administrativo, em consequência de falta de apoio de alguns órgãos do governo [...] a situação se agrava dia-a-dia ao fato da CODEMAT não ter entregado à prefeitura os serviços essenciais tão necessários para a sobrevivência de seus moradores. A cidade além de falta de verba não possui um serviço regular de coleta de lixo e muito menos de distribuição de água. A CODEMAT recolheu todos os caminhões que prestavam serviços em Juína, criando uma situação delicada (JOANONI NETO, 2007, p.138).

Com tudo o senhor Orlando Pereira não fez muita coisa para o município, compreendemos não por falta de interesse e vontade, mas sim por ter uma oposição cerrada contra sua administração. Tudo isso é reflexo da política, ao contar os votos nas urnas o “professor” Orlando Pereira derrotou o “engenheiro” Hilton Campos na primeira eleição de Juína.

Após seis anos de administração de Orlando Pereira, o senhor Hilton apoiou o candidato Liceu Veronese, sendo eleito o segundo prefeito de Juína.

O governo de Liceu foi um governo sereno, sem grandes realizações tendo em vista os poucos recursos financeiros e o desentendimento havido entre ele e

deputados, mas teve como destaque o início de asfaltamento das primeiras ruas e avenidas e a construção da Praça da Bíblia. Ver figura 1 a seguir.



Figura 4: Construção da Praça da Bíblia.
Fonte: Acervo biblioteca municipal, 2009.

Esse período de grande desenvolvimento da cidade, das madeireiras, comércios, lotes urbanos e prédios tiveram grande valorização.

CONCLUSÃO

Desde quando há necessidade de povoar um local, acontecem diversas transformações relacionadas ao desenvolvimento. Pessoas se deslocam em busca de conquistar e construir alguma coisa que possa ajudar na sua vida e na sua carreira.

Todo município surge da necessidade de se ligar uma cidade a outra, de forma que facilite o acesso entre pessoas. A organização acontece de acordo aos diferentes usos que se faz do espaço. Muitos povoados surgem da necessidade e interesses de empresas e até mesmo pela qualidade da terra.

Quando se dá a ocupação de determinado lugar, as pessoas vão à busca de crescimento e desenvolvimento, de forma que possam preservar sua cultura e realizar seus ideais. Em qualquer município quando se fala em instalação e povoamento de espaços vazios, o interesse é a melhoria de vida, a busca de desenvolver o comércio.

Nós seres humanos sentimos necessidade de pertencer a um determinado lugar. Então a partir de nossas necessidades o homem faz transformação, adquire expectativas e vai à busca de transformar sua história, sua vida. Logo, um lugar novo é um desafio. Então assim se constitui uma nova cultura, a criação e o surgimento de um novo local, onde o homem passa a ter nova convivência. Ao se apropriar de um pedaço de terra, passa a sentir domínio pelo lugar, começa a arrumá-lo construindo ali o seu espaço.

Desde os primórdios dos tempos quando da descoberta do Brasil a idéia já não era povoar, e sim explorar riquezas que existiam no Brasil. Atualmente qualquer que seja o local de instalação de um povoado, o objetivo é sempre o mesmo. Para todos esses desenvolvimentos o investimento governamental é necessário para incentivar o povoamento. Para isso são criados diversos projetos que buscam a realizações e execuções dos planos.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUGÉ, Marc. *Não-Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Tradução de Maria Lúcia Pereira. 4. ed. Campinas: Papyrus, 1994.

BACELAR, Tânia. **Processo Histórico de Regionalização do Brasil**. Disponível em: www.sfipec.org.br/publicacoes/licoes_prog_desenv_br. Acesso em 25 nov.2009.

BERTRAND, G. **Paisagem e Geografia Física Global: Esboço Metodológico**. São Paulo: IGEO USP, 1972. 5p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.

_____. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

CASTRO, Iná Elias de. Imaginário Político e Território: natureza, regionalismo e representação. In CASTRO, Iná Elias *et. al.* **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CONAMA, (Resolução 012/94) **FLORESTA ESTACIONAL**. Disponível em: www.tvnatureza.com/index.php. Acesso em: 27 nov.2009

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 3ª. ed. São Paulo: Ática, 1990.

_____. **Territorialidade e corporação: um exemplo**. In: SANTOS, Milton. ET. AL. (Org.). Território: globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC, 1996.

CAMPOS, Julio. Revista fundação, **Município de Mato Grosso**. No. 08 set, 1993. p.1.

Diário de Cuiabá, apud. BIACHINI, Maria Aparecida. **Juína uma historia não contada**. Sinop 1994, pg.29.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. **A expansão da agricultura moderna e a integração do Centro-oeste brasileiro à economia nacional**. Caderno Prudentino de Geografia. Presidente Prudente, julho 2000.

HAESBAERT, Rogério. Território e identidade: raízes do gauchismo e da nordestinidade. In: **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste**. Niterói: EDUF, 1997

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Colonização em dados**. Brasília: INCRA, 1983.

IORIS, Lídio, **Juiná: a rainha da floresta**. São Paulo: All Prit Editora, 2009.

JOANONI Neto, Vitale. **FRONTEIRAS DA CRENÇA: Ocupação do Norte de Mato Grosso após 1970**. Editora UFMT: 2007- Cuiabá – Mato Grosso.

LAPLANTINE, François; TRINDADE, Liana S. **O que é imaginário**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

LOPES, M.S. **Sob a Sombra do Carvalho: a espacialização do imaginário neodruídico na metrópole paulistana, 2008**. (Dissertação de mestrado em Ciências da religião), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP.

_____. **Ao romper d'O Grito: Uma abordagem junguiana do expressionismo de Edvard Munch**. Mimeo.PUC-SP, 2005.

LEAL, Pedro Edson Bezerra *et al.* 1990 **Projeto zoneamento das potencialidades dos recursos naturais da Amazônia Legal**. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

MORENO, GISLAINE; HIGA, T. C. S. (Orgs). **Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.296p, il.

NOGUEIRA, R. J. Batista. **Amazônia Continental: Geopolítica e Formação de Fronteiras/ Ricardo José Batista Nogueira, - Manaus: Governo do Estado do Amazonas; Secretaria de Estado da Cultura; CCPA, 2005.87p. : il.**

PITALUGA, Paulo Costa e Silva. **História do Mato grosso**. 1999: Disponível em: www.achetudoeregiao.com.br. Acesso em: 27 nov. 2009.

SOUZA, Edison Antônio de. **As Cidades do Agronegócio: uma reflexão sobre as transformações rurais e urbanas na fronteira Norte Mato-grossense**. In: JOANONI

NETO, Vitale (Org.) Política, Ambiente e Diversidade Cultural. Cuiabá, EDUFMT, 2007.

SENE, Eustáquio de. **Geografia geral e do Brasil:** espaço geográfico e globalização/ Eustáquio de Sene, João Carlos Moreira. - São Paulo: Scipione, 1998.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado:** Fundamentos Teórico e Metodológico da Geografia. Hucitec. São Paulo 1987.

Sítios:

<http://www.achando.info/index.php?query=sigla+AR&action=search>. Acesso em 24 nov.2009.

<http://www.ibapepb.jpa.com.br/glopart2.htm>. Acesso em 25 nov.2009.

http://.pt.wikipedia.org/wiki/Amazônia_Legal. Acesso em: 25 nov.2009.

Filmes:

“AVAETÉ”- filme: **Semente da Vingança**, Brasil, Alemanha, 1985.

http://epipoca.uol.com.br/filmes_detalhes.php?idf=6799. Acesso em: 25 nov.2009.